

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 8, ano VI • 2007
ISSN 1808-0235



Fundação Universitária
José Bonifácio



CCJE/UFRJ



patrocínio



PETROBRAS

Oikos: Revista de Economia Heterodoxa, n.8, ano VI, 2007
Rio de Janeiro: Letra e Imagem

Semestral

ISSN 1808-0235

1. Economia política – Periódicos 2. Economia brasileira – América Latina

CDD330.01

"De querer ser a creer que ya se es va la
distancia de lo trágico a lo cómico.
Este es el paso entre la sublimidad y la ridiculez"

José Ortega y Gasset

"Ninguém é tão grande que não possa aprender
nem tão pequeno que não possa ensinar"

Autor Desconhecido

Editores

André da Paz | Raphael Padula

Equipe Editorial

Bruno Negreiros | Leonardo Pamplona | Márcio Gimene de Oliveira |
Mayra Juruá Gomes de Oliveira | Thiago Varanda Barbosa | Ricardo Piedras

Conselho Editorial

Alcino Câmara [Universidade Federal do Rio de Janeiro]
Carlos Lessa [Universidade Federal do Rio de Janeiro]
Carlos Medeiros [Universidade Federal do Rio de Janeiro]
Darc Costa [Escola Superior de Guerra]
Erik S. Reinert [Tallinn University of Technology, Estônia]
Franklin Serrano [Universidade Federal do Rio de Janeiro]
Ha-Joon Chang [Cambridge University, Grã-Bretanha]
Hassan Zaoual [Université du Littoral Côte d'Opale, França]
João Sabóia [Universidade Federal do Rio de Janeiro]
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo [Universidade de Brasília]
Maria Lúcia Werneck [Universidade Federal do Rio de Janeiro]
Murillo Cruz [Universidade Federal do Rio de Janeiro]
Roberto Bartholo [Universidade Federal do Rio de Janeiro]

Colaboradores

Caetano Penna | Carlito Azevedo | Daniel Negreiros | Fábio Gimene |
Felipe Varanda | Gustavo S. Noronha | Tatiana Alberg

Estagiários

Matheus Varanda | Carla Cuty

Tradução

Caetano Penna | Daniel Negreiros | Micheline Christophe

Revisão

Micheline Christophe

Capa e ilustrações

Guerrilha Comunicação

Foto da Capa

Felipe Varanda

Produção editorial

Letra e Imagem

Impressão

Imprinta Express

editorial

Uma forma de pensamento se reproduz e toma espaços constantemente. Faz-se dominante. Consolida compromissos e interesses difíceis de serem rompidos. A concentração de poder se despe de qualquer compromisso com o longo prazo, o que vale é cada um desfrutar ao máximo enquanto for possível. Para desafiar essa hegemonia e instituir novas bases para o relacionamento social, é necessário mais do que contestação, reflexão e ousadia.

É preciso ouvir. Vencer preconceitos. Abrir-se ao desconhecido. Superar o *mesmo* no encontro com o *outro*. Buscar inspiração no passado e construir o futuro no presente. Identificar referências, aprender com elas. Nessa direção, a Oikos vêm buscando um pensamento crítico esquecido, muitas vezes deixado do outro lado, tratado como pequeno quando sua *grandeza* é o que justifica seu resgate.

Com este intuito, este número publica quatro artigos com perspectivas singulares, uma resenha do último livro de Immanuel Wallerstein e duas entrevistas exclusivas com Ha-Joon Chang e L. Randall Wray. Dedicamos ainda uma *Seção Resgate* com obras inéditas em português para reacender o interesse no pensadores Thorstein Veblen e Friedrich List, reafirmando seu princípio de resgatar autores esquecidos nas universidades brasileiras.

Ciente da necessidade de se escutar outras vozes, em suas diferentes linguagens, a revista abre espaço para a publicação de fotos e poemas de referências latino-americanas e ilustres desconhecidos que dialogam com a reflexão sócio-econômica provocada pela revista. Nada mais autêntico que *ouvir* as imagens do Projeto Miradas ou *enxergar* as palavras de Cacaso ou Juan Gelman.

Esperamos somar esforços na construção de caminhos alternativos nas universidades e nos meios de comunicação e formulação de políticas públicas. Contribuir para se pensar o Brasil e a América Latina desde dentro e para dentro.

Boa leitura!

Os Editores

agradecimentos

A elaboração desta oitava edição da Oikos contou com o inestimável apoio de algumas instituições e pessoas às quais fazemos questão de agradecer:

A Petrobrás, pelo patrocínio e incentivo que recebemos para continuar avançando no aperfeiçoamento técnico e gráfico da Oikos. É com grande satisfação que fazemos questão de reconhecer neste espaço o profissionalismo e a competência desta empresa parceira do desenvolvimento econômico e social que tanto almejamos;

Ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialmente ao seu decano, professor Alcino Câmara Neto, e à Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), instituição sempre presente na promoção do ensino e das pesquisas realizadas na UFRJ, pelo apoio institucional e o engajamento com o qual vêm prestigiando a Oikos;

Aos professores Ha-Joon Chang e L.Randall Wray, pelo privilégio de terem nos concedido as esclarecedoras entrevistas desta edição;

Ao Daniel Negreiros pela realização da entrevista, notas de apresentação e traduções.

À Tatiana Alberg e aos meninos e meninas da favela da Maré que brindaram esta edição com sua arte do cotidiano;

Ao Carlito Azevedo, pela ajuda na seleção de poemas que, esperamos, motivarão outros artistas a colaborarem em edições futuras;

Ao Felipe Varanda, mais uma vez, fortalecendo o projeto com a sutileza de suas fotografias; e

Aos nossos prezados leitores e amigos, que contribuem a cada edição com sugestões e críticas que nos ajudam a fazer da Oikos um projeto cada vez mais agregador e interativo.

sumário

OIKOS | nº 8, ano VI • 2007

ARTIGOS E ENSAIOS	Em direção a uma teoria austro-germânica de desenvolvimento econômico desigual? Uma defesa da teorização por inclusão Erik S. Reinert	11
	Comentarios sobre el enfoque de la Economía Institucional Osmar Leandro Loaiza Quintero	37
	“Capitalismo gerenciador de dinheiro” e desigualdade de renda e riqueza: o caso dos Estados Unidos na década de 1990 Ricardo de F. Summa e José Paulo Guedes Pinto	61
	A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul José Luís Fiori	77
RESENHA	<i>O universalismo europeu: a retórica do poder</i> Immanuel Wallerstein por Thiago Varanda Barbosa	109
ENTREVISTAS	Ha-Joon Chang por Carlos Aguiar de Medeiros	119
	L. Randall Wray por Daniel Conceição, Felipe Rezende e Flavia Muller	125
RESGATANDO PENSADORES	Friedrich List Carta 1 – O equívoco fundamental na Teoria do Livre Comércio Carta 2 – As diferenças entre o Sistema Britânico e o Sistema Americano	161
	Thorstein Veblen O Instinto para o Artesanato e a Aversão ao Trabalho em Geral	181

FOTOS	Proyecto Mirada	145
	Fotos Felipe Varanda	10, 60, 76, 118

POESIAS	grupo escolar Cacaso	36
	naturaleza muerta en innsbrucker strasse Antonio Cisneros	107
	límites Juan Gelman	108
	me contaron Ernesto Cardenal	116
	medos Felipe Carvalho dos Santos	117
	la sonrisa del papa nos preocupa Nicanor Parra	143
	impaciencia Pedro Klinger	144

Em direção a uma teoria austro-germânica de desenvolvimento econômico desigual? Uma defesa da teorização por inclusão

Towards an Austro-German Theory of Uneven Economic Development? A Plea for Theorizing by Inclusion

ERIK S. REINERT | esr@nifo.no

Tallinn University of Technology (Estônia) e The Other Canon Foundation (Noruega)

Tradução de Caetano Penna

Resumo A partir da distinção dos programas de pesquisa baseados em “valor” ou “troca”, feita por Meir Kohn (2004), este artigo sugere um paradigma “produtivo” a ser estabelecido na tradição de Menger e Schumpeter. Sugere-se que este programa baseado na produção poderia usar como ponto de partida a tentativa de Schumpeter (1908) de mediar a *Controvérsia do Método (Methodenstreit)* ao argumentar que diferentes tipos de problemas econômicos requerem teorias em diferentes graus de abstração. Isto se desdobra em “teorização por inclusão”, uma abordagem que combina elementos tanto da tradicional corrente econômica alemã, quanto da corrente austríaca de tradição mengeriana. **Palavras-chaves** *Desenvolvimento econômico desigual, Economia mengeriana-schumpeteriana; economia produtiva.*

Abstract From Meir Kohn's distinction between research programmes based on “value” and ‘exchange’ (2004), this paper suggests a ‘production’ paradigm fundamented on the tradition of Menger and Schumpeter. It is suggested that this production-based programme could use as its starting point Schumpeter's (1908) attempt to mediate in the *Methodenstreit* by arguing that different types of economic problems require theories at different levels of abstraction. This unfolds into a ‘theorizing by inclusion’, an approach combining key elements both of traditional German economics and of Austrian stream of mengerian tradition. **Keywords** *Uneven economic development, Mengerian-Schumpeterian economics, production-based economics.*

O autor é grato à Carlota Perez e Christopher Freeman por extensivos comentários e discussões a respeito de uma versão anterior deste artigo – as costumeiras ressalvas quanto à responsabilidade se aplicam.

O reflexivo e provocativo ensaio de Meir Kohn sobre os impasses da teoria econômica *mainstream* – em particular o fato de que “sobre as principais questões da atualidade, esta se mantém virtualmente calada” (KOHN, 2004, p. 306) – ressalta a necessidade de se criar uma abordagem alternativa. O próprio Kohn identifica dois paradigmas alternativos, um baseado no conceito de “valor” (walrasiano) e outro baseado no conceito de “troca” (mengeriano). Este artigo amplia o debate, ao introduzir uma terceira categoria – que poderia muito bem ser considerada uma versão da mengeriana; um paradigma baseado em “produção”. Este paradigma enfatiza a linha mengeriana-schumpeteriana de pensamento austríaco, e, ao mesmo tempo, retém elementos essenciais da tradição econômica alemã, no que esta se refere à compreensão do desenvolvimento econômico desigual (REINERT, 2005a). Argumentei anteriormente que a linha mengeriana-schumpeteriana de pensamento austríaco reteve características essenciais da tradicional escola alemã de economia, especialmente a importância central da especificidade de cada contexto e da História na análise econômica (REINERT, 2005b). Este artigo é, portanto, uma tentativa de reconciliar os dois lados da Disputa do Método (*Methodenstreit*), ocorrida no final do século XIX, principalmente porque ambos os lados do debate coincidem no que se refere ao contraste agudo ao paradigma walrasiano e ao programa de pesquisa de Hicks-Samuelson. Neste sentido, acredito que esta proposta vai ao encontro do espírito do primeiro livro de Joseph Alois Schumpeter (1908), aquele que ainda não possui tradução para a língua inglesa.

Esta linha de pesquisa criaria uma abordagem evolucionária austro-germânica aos problemas de desenvolvimento do Terceiro Mundo, baseada em produção ao invés de valor ou troca. Aqui as pistas para a solução dos problemas de desenvolvimento econômico seriam encontradas estudando-se diferenças nas estruturas e nos sistemas de produção. No meu entender, o rótulo “austro-germânico” é particularmente adequado também por conta das sólidas bases germânicas – em Werner Sombart e Friedrich Nietzsche – do conceito schumpeteriano de *destruição criativa* com base na produção, muito em voga nos dias de hoje (REINERT & REINERT, 2006). Tentarei mostrar que esta abordagem pode ser compatível – e enriquecida – com percepções e elementos da economia pré-smithiana, da história das políticas econômicas e da economia clássica do desenvolvimento (pós-Segunda Guerra Mundial). Isto é especialmente importante, quando recomendações de medidas econômicas são introduzidas em novos contextos onde instituições e circunstâncias tidas como naturais no Primeiro Mundo não estão necessariamente presentes. O artigo argumenta que uma teoria dinâmica de mudança econômica requer o relaxamento concomitante de todos os pressupostos neoclássicos, ao mesmo tempo que reintroduz os diversos fatores outrora reconhecidos como determinantes para a desigualdade do desenvolvimento econômico.

Algumas vezes novas abordagens são reprimidas pela habilidade do *mainstream* de usurpá-las e absorvê-las, enquanto também neutraliza seus aspectos originais mais relevantes. A economia keynesiana foi um exemplo disto. A economia novo-institucional é outro. Esta abordagem tornou-se economia neoclássica com a adição de algumas instituições estáticas (na maioria, direitos de propriedade); o que é um tipo muito diferente de teoria comparativamente à “antiga” escola institucionalista, cujas raízes remontam a Thorstein Veblen¹. Do meu ponto de vista, existe atualmente um risco de desenvolvimento similar da economia evolucionária: que uma teoria “novo”-evolucionária seja criada, consistindo essencialmente em economia *mainstream* com a adição de uma variável “schumpeteriana”. O risco de fusão entre elementos neoclássicos e evolucionários é evidente hoje em dia na União Européia. A Estratégia de Lisboa (*Lisbon Strategy*) – em sua concepção, uma teoria evolucionária – está se tornando um “glacê” schumpeteriano sobre um completo “bolo” neoclássico. O mesmo perigo está presente quando se tenta aplicar teorias evolucionárias no Terceiro Mundo, onde – em sua forma mais simples – se arrisca que uma “economia evolucionária” seja criada ao substituir “investimento” por “inovação” numa abordagem de resto neoclássica. Aqui eu sugiro uma guinada de direção: que uma série de velhas percepções – particularmente na medida em que estas são trazidas juntas sistematicamente – são tão úteis quanto necessárias para complementar as abordagens atuais. No meu entender, ao absorver elementos tecnológicos subjacentes, a economia evolucionária pode mesmo algumas vezes reforçar antigos argumentos e explicar porque tanto os mercantilistas quanto os teóricos clássicos do desenvolvimento estavam frequentemente corretos. Em seguida, isto será ilustrado com a discussão de um artigo seminal do discípulo de Schumpeter, Hans Singer (1950). Meu artigo procura mapear os mais importantes desses fatores, que, por si ou cumulativamente, complementam as complexidades da economia de desenvolvimento austro-germânica.

Economia como teorização por exclusão

“Zuerst war die Ganzheit”; “No princípio foi a totalidade”. Esta é uma afirmação típica da tradição historicista alemã em economia. Esta vontade de abarcar e compreender qualitativamente “o todo” rende um vasto instrumental de análise para a profissão e, por outro lado, dá lugar a uma teoria não muito abstrata. “A Eco-

1 Para uma discussão sobre instituições nesta perspectiva, ver Reinert (2006).

nomia como um todo" (*Das Gesamtbild der Volkswirtschaft*) é também o título do último capítulo do livro de Joseph Schumpeter *Teoria do desenvolvimento econômico* (*Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, SCHUMPETER, 1912), o capítulo que ele deixou de fora de todas as edições e traduções subsequentes, possivelmente para tornar sua teoria mais anglo-saxônica quando iniciou sua carreira nos Estados Unidos². A economia, afirma Schumpeter, nos apresenta um eterno custo de oportunidade (*trade-off*) entre precisão *versus* relevância: "Precisamos decidir se queremos respostas *simples* a nossas questões ou respostas *úteis* – em termos econômicos não podemos ter ambas"³. A solução salomônica de Schumpeter para a ardente *Controvérsia do Método* na profissão econômica foi ter teorias em variados níveis de abstração, e então buscar a teoria num nível de abstração em que se é possível encontrar a resposta para a questão em mãos (SCHUMPETER, 1908). Um argumento básico deste artigo é que a economia padrão atual opera em um nível de abstração demasiadamente alto para apreender fatores-chaves responsáveis por desenvolvimento desigual. Não é possível remendar isto adicionando uma variável "schumpeteriana". É imprescindível considerar "o todo".

Até meados do século XVIII, o custo de oportunidade entre precisão e relevância era geralmente resolvido usando-se teorias holísticas que prezavam a relevância em detrimento da abstração. Ainda que os autores considerassem seu campo uma "ciência", em comparação à situação atual, alguém poderia mesmo chamar estas abordagens de pré-disciplinares. Tudo que fosse relevante fazia parte da teoria. Por exemplo: como desnutrição afeta, de certo modo, o desempenho econômico, nutrição é parte de economia. As primeiras tentativas de se atingir níveis mais elevados de abstração através do uso da matemática – por economistas italianos do século XVIII – foram rapidamente abandonadas porque, como alertara o matemático Ignazio Radicati a seus amigos economistas em 1752, "você farão com a economia política o que os escolásticos fizeram com a filosofia. Ao tornar as coisas mais e mais sutis, vocês não saberão onde parar" (TUBARO, 2000, p. 15; S. REINERT, 2005).

Quando, com Adam Smith e posteriormente com David Ricardo, a economia elevou seu nível de abstração, isto foi feito ao custo de se excluir um número de fatores que eram partes essenciais da economia na década de 1750: a importância de sinergias e de se equilibrar diferentes atividades econômicas num país; instituições; o papel de retornos crescentes combinados a uma vasta divisão do trabalho; o papel de

2 O capítulo é tanto reproduzido em alemão quanto traduzido para o inglês em Backhaus (2003).

3 Schumpeter, no prefácio a Zeuthen (1930).

inovações e da mudança técnica (por exemplo Francis Bacon⁴; John Cary, 1905; James Steuart, 1769); e o fato que as atividades econômicas são qualitativamente diferentes como catalisadoras do crescimento econômico. Durante a maior parte da história da profissão, estes são todos fatores que foram vistos como importantes para explicar por que o desenvolvimento econômico é um processo tão desigual. Um grau mais elevado de abstração foi obtido ao custo de se reduzir a complexidade e de se excluir variáveis. Em economia este é um processo que se movimenta para frente e para trás ao longo do tempo, quase como “modas”. É possível ver a história do pensamento econômico composta de longas e quase monótonas seqüências dos mesmos fatores econômicos entrando na teoria, para posteriormente serem descartados e então serem incluídos de novo: retornos crescentes como um fator econômico foram descritos pelos gregos e codificados numa teoria de crescimento desigual por Antonio Serra em 1613; esquecidos, mas ressuscitados na Itália nos anos 1750; abandonados novamente por Smith e Ricardo; apenas para serem redescobertos por economistas alemães nas décadas de 1840 e 1850; mantidos por Alfred Marshall⁵; formalmente desenvolvidos pelo economista americano Frank Graham (1923); descartados novamente por Jacob Viner na década de 1930 por serem incompatíveis com o equilíbrio; reintroduzidos por Paul Krugman nos anos 1980; com sua importância outra vez desprezada por Jagdish Bhagwati ao considerá-la “rendição juvenil à exuberância irracional” por parte de Krugman (BHAGWATI, 2002, p. 22).

A percepção orientadora do conceito de desconstrução do filósofo francês Jacques Derrida é altamente relevante para a economia: toda estrutura – seja ela literária, psicológica, social, econômica, política ou religiosa – que organiza nossa experiência é constituída e mantida através de atos de exclusão. No processo de criar alguma coisa, outra coisa é inevitavelmente deixada de fora. Estas estruturas excludentes podem se tornar repressivas – e esta repressão surge com conseqüências. Numa postura que remete à Freud, Derrida insiste que aquilo que é reprimido não desaparece, mas sempre retorna para abalar toda construção, não importa quão segura ela possa parecer (TAYLOR, 2004). Sugerimos que uma economia do desenvolvimento “nova e melhorada” precisa ter em mente a advertência de Derrida. Ao longo dos últimos anos, o imenso peso político e econômico das Instituições de Washington criou uma série de idiosincrasias monotemáticas, fatores que – adicionados à economia padrão – deverão resolver os problemas da pobreza: instituições, direitos de propriedade,

4 Para uma discussão sobre a introdução do conceito de inovação nas ciências sociais, ver Reinert & Daastøl (1997).

5 Ver particularmente Marshall (1890, p. 201) para uma afirmação em política pública.

“competitividade”, governança, e assim por diante⁶. Deve-se ter cuidado para que “inovação” não se torne ainda mais um jargão com o qual a economia neoclássica é mantida viva ao adicionar novos fatores à margem. Minha sugestão para que se crie uma economia do desenvolvimento evolucionária requer uma abordagem inclusiva em que noções de longa data e ainda relevantes deveriam ser reintroduzidas na estrutura teórica. Referi-me a este tipo alternativo de economia como *The Other Canon* [“O outro cânone”] (REINERT, 2004a)⁷.

Um estudo em história da teorização por inclusão: porque desenvolvimento econômico requer “manufatura”

Do ponto de vista do Terceiro Mundo, a mais considerável característica da economia padrão desde Adam Smith é provavelmente que a teoria da economia internacional foi construída como um mecanismo criador de harmonia. Isto foi alcançado no tempo de Adam Smith principalmente ao introduzir duas mudanças fundamentais no modo como a teoria econômica era construída, efetivamente através da exclusão dos fatores que antes eram considerados importantes para o crescimento econômico. Processos bem sucedidos de recuperação do atraso econômico – dos implantados pelos Estados Unidos e pela Europa Continental até os do Leste da Ásia – mantiveram assim elementos-chaves de economia pré-smithiana: dentre estes, a insistência em não aderir totalmente à economia mundial até que a industrialização fosse atingida. Nesta seção, examinaremos como a compreensão da necessidade de se desenvolver manufaturas evoluiu ao longo dos tempos, e sugerimos como a economia evolucionária pode melhorar esta longa série de análises.

As mudanças fundamentais introduzidas por Adam Smith na economia foram:

1. Da compilação das leis romanas sob o Imperador Justiniano por volta de 400 d.C. até Adam Smith, a metáfora para a sociedade humana sempre foi o *corpo humano*, com sua diversidade, sinergias e divisão do trabalho (REINERT & REINERT, 2005). Partindo de Adam Smith, as metáforas baseadas na física dominaram a economia, levando tanto ao individualismo metodológico (a exclusão da sociedade como tal como unidade de análise), quanto a uma subjacente “hipótese da igualdade” à profissão

6 Isto é discutido no prefácio a Reinert (2004a).

7 www.othercanon.com.

(BUCHANAN, 1979), deixando de fora diversidades, complexidades e sinergias da vida real, que, ao final, contribuem decisivamente para fazer do processo de crescimento econômico, por sua própria natureza, um processo desigual.

2. Adam Smith unificou “produção” e “comércio” em “horas de trabalho” (BIERNACKI, 1995). Como resultado disto, a economia abdicou-se de estudar as complexidades e vicissitudes inerentes ao mundo da produção, e – com David Ricardo – a teoria do comércio pôde conseqüentemente ser reduzida a um exercício de escambo de horas de trabalho. Estas horas de trabalho e a teoria em si são vazias de qualquer atributo qualitativo de compreensão da produção (destrezas, inovações, aprendizado, retornos decrescentes e crescentes, tecnologia etc.)⁸. Conhecimento, sagacidade e vontade humana foram excluídos da economia e a profissão passou a focar a *acumulação do capital* em detrimento do foco na *difusão do conhecimento* (NELSON, 2006).

É interessante notar que as percepções teóricas que apontam para a riqueza como um produto de *fatores sistêmicos* – como na atual abordagem dos Sistemas Nacionais de Inovação – estão entre as mais antigas percepções econômicas importantes. Esta visão era o “*mainstream*” a partir dos anos 1200, com o chanceler florentino Brunetto Latini (d.C. 1210-1294) e seu conceito da riqueza sendo um resultado de *ben comune*, uma *common weale*⁹ (BARON, 1966; LATINI, 1993)¹⁰. Contudo, como as metáforas baseadas na física passaram a dominar a economia, tais elementos sistêmicos tenderam a desaparecer, porque a teoria perdeu as ferramentas com que lidar com eles.

Mas a mais séria conseqüência da adoção em economia dos modelos baseados na física foi a criação da “hipótese da igualdade”¹¹; abandonando a noção de senso comum de que nem todas as atividades são qualitativamente semelhantes como promotoras de desenvolvimento e crescimento. Como conseqüência, todo o debate sobre retornos decrescentes e crescentes foi silenciado, ainda que estes claramente estejam no núcleo dos efeitos cumulativos viciosos e virtuosos em economia. A elegância da economia foi alcançada ao preço de se ignorar as diferentes condições e contextos

8 A tecnologia continuou a exercer um papel importante na Europa Continental e particularmente na tradição econômica alemã, sistematicamente através de Marx e Schumpeter. O professor de economia Johann Beckmann publicou seu trabalho seminal em tecnologia no ano seguinte à publicação de Riqueza das Nações, de Smith (BECKMANN, 1777). Para uma perspectiva desta tradição, ver Reinert (2005).

9 *prosperidade pública*, grifo no original [N.T.]

10 Quando Maquiavel, trezentos anos depois, explica por que as cidades são ricas, ele ecoa Latini: “*Il ben comune fa grandi le città*” [“a prosperidade pública torna grande a cidade”] (REINERT & DAASTØL, 1997).

11 Ver o capítulo do livro de Buchanan “*Equality as Fact and Norm*” [“Igualdade como Fato e Norma”] (BUCHANAN, 1979, pp.231-252).

Bibliografía

- ANDERSON, James. *Observations on the means of exciting a spirit of national industry; chiefly intended to promote the agriculture, commerce, manufactures, and fisheries, of Scotland. In a series of letters to a friend.* Edinburgh, T. Cadell, 1777.
- BACKHAUS, Jürgen (org.). *Joseph Alois Schumpeter. Entrepreneurship, Style and Vision.* Boston, Kluwer, 2003.
- BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance.* Princeton, Princeton University Press, 1966.
- BECKMANN, Johann. *Anleitung zur Technologie, oder zur Kenntniss der Handwerke, Fabriken und Manufacturen, vornehmlich derer, die mit der Landwirthschaft, Polizey und Cameralwissenschaft in nächster Verbindung stehen.* Göttingen, Wittve Vandenhoeck, 1777.
- BHAGWATI, Jagdish. *Free Trade Today.* Princeton, Princeton University Press, 2002.
- BIERNACKI, Richard. *The Fabrication of Labour: Germany and Britain, 1640-1914.* Berkeley, University of California Press, 1995.
- BOTERO, Giovanni. *Della ragione di stato. Libri dieci, also containing Delle cause della grandezza delle città, libri tre.* Roma, Vicenzio Pellagalo, 1589.
- BUCHANAN, James. *What Should Economists Do?* Indianapolis, Liberty Press, 1979.
- CARY, John. *An Essay on the State of England in Relation to its Trade, its Poor, and its Taxes, for Carrying on the Present War against France.* Bristol, impresso por W. Bonny, para o autor, 1695.
- CHANG, Ha-Joon (org.). *Rethinking Development Economics.* Londres, Anthem, 2003.
- CIMOLI, Mario, CORREA, Nelson, PRIMI, Annalisa. *Crecimiento y estructura productiva en economías abiertas: lecciones de la experiencia de América Latina.* Santiago de Chile, CEPAL, 2005.
- DE PAULA, Silvana, DYMSKI, Gary (orgs.). *Reimagining Growth. Towards a Renewal of Development Theory.* Londres, Zed, 2005.
- FRANK, Robert, COOK, Philip. *The Winner-Take-All Society.* Nova Iorque, Free Press, 1995.
- GRAHAM, Frank. Some Aspects of Protection further considered. *Quarterly Journal of Economics*, 37, pp. 199-227, 1923.
- JOMO K.S., FINE, Ben (orgs.). *The New Development Economics. After the Washington Consensus.* Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, 2006.
- JOMO, K.S., REINERT, Erik S. (orgs.). *The Origins of Development Economics. How Schools of Economics have Addressed Development.* Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, 2005.
- KING, Charles. *The British Merchant; or, Commerce Preserv'd.* Londres, John Darby, 3 volumes, 1721.
- KRUGMAN, Paul. *Rethinking International Trade.* Cambridge, Massachussets, MIT Press, 1980.
- KOHN, Meir. Value and Exchange, *Cato Journal*, Vol. 24, n. 3, pp. 303-339, 2004.

- LATINI, Brunetto. *The Book of the Treasure (Li livres dou tresor)*. New York, Garland, 1993.
- LIST, Friedrich. *Das Nationale System der Politischen Ökonomie*. Stuttgart, Cotta, 1841.
- LUNDVALL, Bengt-Åke, JOHNSON, Björn, ANDERSEN, Esben Sloth, DALUM, Bent. National Systems of Production, Innovation and Competence Building, *Research Policy*, 31, pp. 213-231, 2002.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. Londres, Macmillan, 1890.
- NELSON, Richard R. Economic Development from the Perspective of Evolutionary Economic Theory. *The Other Canon Foundation / Tallinn University of Technology Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics*, n° 2. 2006, disponível em <http://hum.ttu.ee/tg>, acesso em setembro 2007.
- OCAMPO, José Antonio, PARRA, Maria Angela . The Commodity Terms of Trade and Their Strategic Implications for Development, in JOMO, K.S. (org.) *The Long Twentieth Century: Globalization under Hegemony*. Nova Delhi, Oxford University Press, pp. 164-194, 2006.
- PALMA, Gabriel. *The Mexican Economy since trade liberalisation and NAFTA: on the 'de-linkaging' of a dynamic export expansion and the collapsing of an export multiplier*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- PEREZ, Carlota. *Technological Revolutions and Financial Capital. The Dynamics of Bubbles and Golden Ages*. Cheltenham, Elgar, 2002.
- PEREZ, Carlota, SOETE, Luc. Catching Up in Technology: Entry Barriers and Windows of Opportunity, in: G. DOSI, C. et al. (orgs) *Technical Change and Economic Theory*. Londres, Pinter, pp. 458-479, 1988.
- PIANTA, Mario. Innovation and Employment, in: J. FAGERBERG, D. MOWERY, R. NELSON (orgs). *The Oxford Handbook of Innovation*. Oxford, Oxford University Press, pp. 568-598, 2005.
- REINERT, Erik S. Catching-Up from Way behind. A Third World Perspective on First World History, in: J. FAGERBERG, B. VERSPAGEN, N. von TUNZELMANN (orgs.). *The Dynamics of Technology, Trade and Growth*, Aldershot, Elgar, pp. 168-197, 1994.
- REINERT, Erik S. The role of technology in the creation of rich and poor nations: Underdevelopment in a Schumpeterian system, in: D. ALDCROFT, R. CATTERALL (orgs). *Rich Nations – Poor Nations. The long run perspective*. Aldershot, Elgar, pp. 161-188, 1996a.
- REINERT, Erik S. Diminishing Returns and Economic Sustainability: The dilemma of resource-based economies under a free trade regime, in: S. HANSEN, J. HESSELBERG, H. HVEEM (orgs.), *International Trade Regulation, National Development Strategies and the Environment: Towards Sustainable Development?* Oslo, Centro para o Desenvolvimento e o Meio-Ambiente, Universidade de Oslo, pp. 119-150, 1996b.
- REINERT, Erik S. Compensation Mechanisms and Targeted Economic Growth: Lessons from the History of Economic Policy, in: VIVARELLI, M., PIANTA, M. (orgs), *The Employment Impact of Innovations*. Londres, Routledge, pp. 182-206, 2000.

- REINERT, Erik S (org.). *Globalization, Economic, Development and Inequality: An Alternative Perspective*. Cheltenham, Elgar, 2004a.
- REINERT, Erik. *Globalisation in the Periphery as a Morgenthau Plan: The Underdevelopment of Mongolia in the 1990's*, in: REINERT (2004a), pp. 157-214, 2004b.
- REINERT, Erik S. German Economics as Development Economics. From the Thirty Years' War to World War II, in: JOMO, K. S., E. S. REINERT (orgs), *Origins of Economic Development*. Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, pp. 48-68, 2005a.
- REINERT, Erik S. Austrians Economics and 'The Other Canon, in BACKHAUS, Jürgen (org.), *Modern Applications of Austrian Thought*, Milton Park, Routledge, pp. 253-298, 2005b.
- REINERT, Erik S. Institutionalism Ancient, Old and New: a Historical Perspective on Institutions and Uneven Development. Paper de pesquisa nº 2006/77, United Nations University, WIDER, Helsinki. Publicação prevista para 2007, in CHANG, Ha-Joon (org.), *Institutional Change and Economic Development*. Tóquio, United Nations University Press & London, Anthem, 2006.
- REINERT, Erik S., Daastøl, Arno. Exploring the Genesis of Economic Innovations: The religious gestalt-switch and the duty to invent as preconditions for economic growth. *European Journal of Law and Economics*, 4, 2/3, 1997, pp. 233-283, 1997 e in: Christian Wolff. *Gesammelte Werke, Materialien und Dokumente*. Hildesheim, Olms, 1998.
- REINERT, Erik S., REINERT, Sophus. *An Early National Innovation System: the Case of Antonio Serra's 1613 'Breve Trattato'*. *Institutions and Economic Development/Istituzioni e Sviluppo Economico*, 1 (3), pp. 87-129, 2003.
- REINERT, Erik S., REINERT, Sophus. Mercantilism and Economic Development: Schumpeterian Dynamics, Institution Building and International Benchmarking, in: JOMO, K. S., E. S. REINERT (orgs), *Origins of Economic Development*, Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, pp. 1-23, 2005.
- REINERT, Erik S., REINERT, Hugo. Creative Destruction in Economics: Nietzsche, Sombart, Schumpeter, in: BACKHAUS, Jürgen, Wolfgang DRECHSLER (orgs.). *Friedrich Nietzsche 1844-2000: Economy and Society*, Nova Iorque, Springer, pp. 55-85, 2006.
- REINERT, Sophus. The Italian Tradition of Political Economy. Theories and Policies of Development in the Semi-Periphery of the Enlightenment, in: JOMO, K. S., E. S. REINERT (orgs). *Origins of Economic Development*. Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, pp. 24-47, 2005.
- RICARDO, David. (1974 [1817]) *The Principles of Political Economy and Taxation*. Londres, Dent, Dutton, 1974 (1817).
- ROCA, Santiago, SIMABUCO, Luis. *Natural Resources, Industrialisation and Fluctuating Standards of Living in Peru, 1950-1997: A Case Study of Activity-Specific Economic Growth'*, 2004, in REINERT, 2004a.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Wesen und Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig, Duncker & Humblot, 1908.

- SCHUMPETER, Joseph Alois. (1912) *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig, Duncker & Humblot, 1912.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *History of Economics Analysis*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1996.
- SERRA, Antonio. (1613) *Breve Trattato delle Cause che Possono far Abbondare l'Oro e l'Argento dove non sono Miniere*. Nápoles, Lazzaro Scorriggio, 1613.
- SINGER, Hans W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *American Economic Review*, 40, pp. 473-485, 1950.
- SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*. Chicago, University of Chicago Press, 1976 (1776).
- SOMBART, Werner. (1928) *Der Moderne Kapitalismus*. Munique e Leipzig, Duncker and Humblot, 1928.
- STEUART, James. *An Inquiry into the Principles of Political Economy: being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations. In which are particularly considered population, agriculture, trade, industry, money, coin, interest, circulation, banks, exchange, public credit, and taxes*. Londres, A. Millar & T. Cadell, 2 Volumes, 1767.
- TAYLOR, Mark (2004), What Derrida Really Meant, *New York Times*, October 14, 2004, disponível em <http://www.press.uchicago.edu/books/derrida/taylorderrida.html>, acessado em setembro de 2007.
- TUBARO, Paula. Un'esperienza peculiare del Settecento italiano: la 'scuola milanese' di economia matematica. *Studi Settecenteschi*, 20, pp. 193-223, 2000.
- VIVARELLI, Marco, PIANTA, Mario (orgs). *The Employment Impact of Innovations*. London, Routledge, 2000.
- WEBB, Richard, FERNÁNDEZ BACA, Graciela. *Anuario Estadístico. Perú en Números*. Lima, Instituto Cuanto, 2001.
- ZEUTHEN, F. *Problems of Monopoly and Economic Welfare*. London, Routledge, 1930.

grupo escolar

Sonhei com um general de ombros largos
que fedia
e que no sonho me apontava a poesia
enquanto um pássaro pensava suas penas
e já sem resistência resistia.
O general acordou e eu que sonhava
face a face deslizei à dura via
vi seus olhos que tremiam, ombros largos,
vi seu queixo modelado a esquadria
vi que o tempo galopando evaporava
(deu pra ver qual a sua dinastia)
mas em tempo fixei no firmamento
esta imagem que rebenta em ponta fria:
poesia, esta química perversa,
este arco que desvela e me repõe
nestes tempos de alquimia.

Cacaso

CACASO foi o apelido pelo qual ficou mais conhecido o poeta Antonio Carlos de Brito. Nascido em Minas Gerais, em 1944, e morto, prematuramente, em 1987.



O universalismo europeu: a retórica do poder

LIVRO | WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

THIAGO VARANDA BARBOSA | varandex@yahoo.com.br
Economista UFRJ, Mestre em relações internacionais UnB.

Mas no mundo de hoje pode haver um ponto de encontro entre o dar e o receber? Pode haver um universalismo que não seja europeu, mas universal (ou global)? Ou melhor, o que seria preciso, no século XXI, para chegar a um mundo onde não seja mais o Ocidente que dá e o resto que recebe, um mundo no qual o Ocidente veste a capa da ciência e o resto fica relegado a povos de temperamento mais “artístico/emocional”? (WALLERSTEIN, 2007)

Em seu mais recente livro, Immanuel Wallerstein¹ trata da forma de dominação contida em alguns discursos do ocidente, como direitos humanos e democracia. O autor delimita bem o universo subjetivo do discurso e das idéias num texto acessível a leitores de diversas áreas de conhecimento. O livro é bastante recomendável, qualquer crítica a essa obra será menos importante que a sua leitura.

1 Immanuel Wallerstein nasceu em Nova Iorque, em 1930. Doutor em sociologia pela Universidade de Columbia, Nova Iorque, foi presidente da Associação Internacional de Sociólogos, entre 1994 e 1998, e atualmente é pesquisador sênior da Universidade de Yale, Connecticut, Estados Unidos.

O objeto central de “O Universalismo Europeu: a retórica do poder” é o modo como Europa e Estados Unidos criaram e mantêm a superestrutura ideológica do sistema, legitimadora do exercício do seu poder econômico, político e militar. Essas idéias legitimadoras são baseadas em um universalismo enviesado e imposto às demais culturas. Feito o diagnóstico, o autor debate passos necessários para se criar o que ele chama de *universalismo universal*.

Para análise do objeto, o autor recorreu à História, seguindo a linha utilizada em seus livros anteriores. Como ponto de partida, foi definido o século XVI, quando se formou o sistema-mundo capitalista na Europa. A partir daí, esse sistema se expandiu até incorporar todo o planeta. O autor ressalta que historizar é “colocar a realidade que estamos estudando no contexto mais amplo: a estrutura histórica em que se encaixa e onde funciona” (p. 122). Isso é diferente de sistematizar, pois é impossível sistematizar sem antes se aprender os parâmetros históricos da unidade de análise. Por esse motivo o autor ocupa muitas páginas a escrever sobre o funcionamento do sistema e sua época atual, que é caracterizada como uma época de crise, de transição. Ao historizar, o autor tornou palpável algo muito subjetivo e vago: a estrutura de idéias legitimadoras do sistema. É este um dos principais méritos do livro.

É possível identificar duas grandes influências na obra de Wallerstein, Karl Marx e Fernand Braudel. Deste vem o conceito de sistema-mundo e a noção de que o sistema-mundo capitalista teria absorvido gradativamente os outros sistemas-mundo até se tornar o único sistema-mundo existente. Além disso, Wallerstein se aproxima da noção de *longa duração* de Braudel ao buscar identificar as tendências seculares do sistema. O autor não se considera marxista, mas a influência de Marx em sua obra é evidente. Em primeiro lugar, pela importância dada à acumulação de capital, que aparece como força motriz central do sistema-mundo capitalista, pautando a ação de todos os seus atores, de tal forma que a expansão do capitalismo pelo mundo era inexorável. Outra influência de Marx é a visão do conflito entre classes sociais, que são definidas a partir da relação dos indivíduos com os meios de produção. O conceito da relação centro-periferia também é muito presente nas obras de Wallerstein, para quem o sistema capitalista tem uma hierarquia. Esta tem origem numa divisão internacional do trabalho, onde os Estados competem pela apropriação do excedente econômico. Há, segundo ele, uma pulsão do excedente na direção dos países centrais.

Para traçar esse panorama histórico do sistema internacional, o autor recorreu a seus escritos precedentes e enfatizou os aspectos relacionados ao exercício do universalismo europeu. A originalidade desse livro em relação aos anteriores é a análise do discurso do dominador. Wallerstein classificou três períodos na evolução do

sistema – a conquista das Américas, a dominação do oriente e o cientificismo – e analisou como o universalismo europeu se apresentava em cada época. Ao atrelar as condições históricas materiais a um certo conjunto de idéias, em três momentos diferentes, ele demonstra como essas idéias são concretas, uma vez que produzem impacto significativo sobre as relações sociais. O universalismo europeu tem uma linha central, mas se adapta em cada momento aos interesses objetivos dos poderes centrais do sistema:

Por mais que os argumentos tenham servido como forte incentivo moral aos conquistadores, está claro que foram altamente respaldados pelos benefícios materiais imediatos que obtiveram com a conquista (p. 35).

A apresentação feita pelo cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira é eficaz em situar o livro no conjunto da obra de Immanuel Wallerstein. Ele contextualiza para a América Latina a questão tratada no livro, ao mencionar que os governos militares de Brasil e Argentina, na década de 1960, criaram o conceito de soberania limitada, encorajados pelos Estados Unidos. Assim, a noção da soberania deixaria de se basear nas fronteiras geográficas e passaria a se basear no caráter político e ideológico do regime, dando aos países americanos o direito de intervir coletivamente sobre um Estado supostamente democrático ameaçado por forças subversivas. Para ilustrar outro episódio de contato da América Latina com o universalismo europeu, Moniz Bandeira ressalta o recorrente receio de militares brasileiros de uma intervenção estrangeira na Amazônia, sob pretexto de proteção dos índios; ele também usa uma declaração do Chanceler Celso Amorim justificando a resistência dos países sul-americanos em adotar conceitos relacionados às novas ameaças – tráfico de ilícitos, meio-ambiente e epidemias – presentes em tom ameaçador nos discursos das potências após o 11 de setembro.

Para introdução ao tema do livro, Wallerstein ressalta que as manchetes dos jornais em todo o mundo “lembram imagens instantâneas aos leitores, e essas imagens foram criadas para nós por nossos líderes políticos e pelos comentaristas do cenário mundial” (p. 26). A retórica dos líderes mundiais, da grande mídia e dos intelectuais do *stablishment* evoca o universalismo como justificativa básica para suas políticas. Atualmente haveria três principais tipos de apelo ao universalismo: direitos humanos e democracia; a noção do choque de civilizações e da superioridade ocidental; e a verdade científica do mercado, a idéia neoliberal de que não há alternativa ao mercado.

Esse universalismo construído a partir do ideário de uma cultura particular é, para o autor, uma forma de justificar sua dominação no campo econômico, político e militar. Um dos primeiros debates na construção do universalismo europeu se deu no século XVI, quando os espanhóis começaram a dominação e a matança dos ameríndios. Las Casas foi o primeiro padre a ser ordenado no Novo Continente, em 1502. Foi inicialmente favorável ao sistema de *encomienda*, que usava índios em trabalhos forçados, mas em doze anos abriu mão de seu posto e passou a condenar esse sistema. Teve contato com os altos círculos do poder espanhol e chegou a receber favores do imperador. Ele tinha uma pergunta, que é central até nossos dias: “quem tem o direito de intervir, quando e como?”.

Las Casas foi respondido por Sepúlveda, que apresentou quatro argumentos que foram legitimadores do primeiro período de dominação européia, a conquista das Américas. São os quatro argumentos

que têm sido usados para justificar todas as “intervenções” subseqüentes dos “civilizados” do mundo moderno em zonas “não civilizadas”: a barbárie dos outros, o fim de práticas que violam os valores universais, a defesa de inocentes em meio aos cruéis e a possibilidade de disseminar valores universais (p. 35).

As forças materiais definiram o discurso vencedor. Las Casas perdeu porque teve que argumentar “tanto contra crenças como contra interesses” (p. 35). Depois de mostrar as origens dessa primeira forma de universalismo, Wallerstein traz o debate entre Las Casas e Sepúlveda até a atualidade, observando como ele esteve presente em episódios recentes, como a intervenção da OTAN na Bósnia e na invasão do Iraque.

No século XVIII as questões debatidas pelos dois espanhóis não geravam mais discussões, uma vez que o domínio colonial na América e em outras partes do mundo já era amplamente aceito como legítimo. Mas no século seguinte, quando o sistema-mundo capitalista se expandia para a Ásia, esse argumento não era suficiente, dado o estágio de avanço cultural dos povos daquele continente. Mas “a dominação, ao contrário do mero contato, não tolera idéias de paridade cultural” (p. 65), o dominador tem de se justificar moralmente como grupo dominante e canalizador do excedente do sistema. O desafio dos europeus era, então, “explicar por que essas regiões deveriam ser política e economicamente subordinadas à Europa” (p. 65).

Esse foi o segundo momento do discurso legitimador, que foi elaborado em torno da idéia de modernidade, um estágio superior da evolução humana que só a cultura européia era capaz de atingir. Além disso, “a modernidade era a encarnação



L. Randall Wray

Entrevistado por Daniel Conceição, Felipe Rezende e Flavia Muller (Doutorandos em Economia pela Universidade do Missouri em Kansas City – UMKC, EUA).

Tradução de Daniel Negreiros Conceição

L. Randall Wray é um dos principais expoentes da escola pós-keynesiana de teoria econômica. É professor de teoria econômica e diretor de pesquisa do Centro de Estudos para o Pleno Emprego e a Estabilidade de Preços – CFEPS, na Universidade do Missouri em Kansas City, e pesquisador sênior no Instituto Levy de Economia, com sede no *Bard College*, em Nova Iorque. É autor de inúmeros artigos e diversos livros, entre eles os aclamados *Credit and State Theory of Money* (ELGAR, 2004) e *Understanding Modern Money: the Key to Full Employment and Price Stability* (ELGAR, 1998), traduzido para o português como *Trabalho e Moeda Hoje*. Seus trabalhos sobre teoria monetária, finanças públicas e políticas de geração de emprego são referência para acadêmicos e formuladores de política econômica ao redor do globo. Na Argentina, sua proposta de programa empregador de última instância serviu de inspiração para o programa *Jefes de Hogar*, que empregou dois milhões de pessoas em resposta emergencial à crise de 1999. Em 26 de Setembro de 2007, Wray concedeu esta entrevista à revista Oikos.

OIKOS: O senhor foi aluno de Hyman Minsky e um dos primeiros economistas a incorporar consistentemente as idéias deste autor às suas próprias contribuições na área de teoria econômica. Recentemente houve uma crise no mercado imobiliário norte-americano que

atingiu os mercados financeiros de todo o mundo. Muitos economistas ortodoxos e elaboradores de política econômica passaram a citar as idéias de Minsky sobre ciclos financeiros como se as tivessem descoberto de uma hora para outra. Enquanto isso, o senhor e os economistas do Instituto Levy vinham alertando há tempos para a iminência de uma severa crise financeira resultante das práticas irresponsáveis no mercado norte-americano de hipotecas. Há alguma frustração em perceber que seus alertas não foram ouvidos?

RANDALL WRAY: Na verdade Minsky teve alunos, durante os anos em que deu aulas em Berkeley, que incorporaram algumas de suas idéias em seus trabalhos: Victoria Chick e Peter Gray, por exemplo. Ele também deu aulas para Tom Sargent e Robert Hall, mas é difícil identificar qualquer influência que Minsky tenha tido sobre estes dois. Há economistas famosos que foram alunos de Minsky e tiveram seus trabalhos influenciados por ele mais de vinte anos antes de eu tê-lo como professor. Eu não diria que fui um dos primeiros.

Quanto ao segundo ponto, sempre que os Estados Unidos experimentam períodos de crise, Minsky parece ser redescoberto. Durante a crise do mercado de cadernetas de poupança dos anos 1980 ele também foi usado como referência por economistas e a mídia do *mainstream*, ainda que não tanto como agora. Entretanto, não creio que eles realmente tenham entendido a natureza das idéias de Minsky. Estão apresentando os fenômenos recentes como se fossem algo anômalo, apenas uma bolha esporádica ou algo assim, que simplesmente se formou aleatoriamente, talvez durante os últimos dois anos. A análise do que está acontecendo normalmente leva em conta apenas os últimos dois anos: o período relevante para a formação da bolha no mercado imobiliário. Alguns poucos economistas do *mainstream* até aceitam que talvez se deva levar em conta um período um pouco mais longo, desde a bolha da Nasdaq, sete anos atrás.

No entanto, eu acredito que Minsky argumentaria que para entender os fenômenos atuais é necessário se levar em conta todo o período desde pelo menos a desregulação do setor financeiro norte-americano, que começou por volta de 1974. Foi neste ano que começamos a desregular o setor de cadernetas de poupança. Em 1980 foi significativamente alterada a legislação que tratava da regulação deste setor, em resposta à recessão enfrentada pela economia americana, uma vez que se entendia a regulação do setor financeiro como uma das causas da recessão. Pessoalmente, eu acredito que o problema se originou nos anos 1960, quando o FED [banco central americano] assumiu a responsabilidade de controlar a inflação por meio de taxas de juros de curto prazo elevadas. Acontece que todo o nosso sistema financeiro havia se organizado com base numa garantia implícita de que os juros não seriam elevados

significativamente. As instituições financeiras em sua maioria costumavam manter ativos de longo prazo, mas suas obrigações eram majoritariamente de curto prazo. O aumento das taxas de juros pelo FED as tornou insolventes. Bem, vejamos o que aconteceu em 1980: Paul Volker elevou os juros de “overnight” para 21%. Os ativos que as instituições de poupança detinham rendiam apenas 6%. Instantaneamente o setor de cadernetas de poupança se tornou insolvente.

Então os responsáveis pela política econômica disseram: “Bom, o que devemos fazer agora? Devemos desregular o setor de cadernetas de poupança e permitir que eles paguem taxas de mercado em suas obrigações e que recebam taxas de mercado em seus ativos. Desta forma estas instituições passarão a se envolver com uma variedade maior de ativos, não somente hipotecas”. Realmente, as instituições de poupança fizeram o que se esperava delas. E o que aconteceu? Os Estados Unidos enfrentaram a crise do mercado de cadernetas de poupança. Claro! Ao desregular o setor, nós essencialmente assassinamos estas instituições. O que bancos e instituições de poupança aprenderam desta experiência foi o seguinte: manter hipotecas em seus ativos não é algo desejável. Então estas instituições inventaram hipotecas securitizadas no início dos anos 1980. Já em 1987 Minsky escreveu um memorando sobre securitização que demonstrava sua percepção da forma como bancos e instituições de poupança iriam reagir às mudanças regulatórias. Voltemos ao que está acontecendo atualmente. Empréstimos a taxas “subprime”, hipotecas securitizadas... Os bancos e instituições de poupança não mais mantiveram as hipotecas em seus portfólios de ativos. Estas hipotecas foram todas empacotadas e vendidas para fundos de pensão, companhias de seguros e fundos de “hedge”. Deixaram de avaliar seriamente a qualidade de crédito destas hipotecas que haviam sido securitizadas, porque simplesmente deixou de existir motivo para se fazer tal avaliação. Os bancos e instituições de poupança sabiam que não manteriam mais as hipotecas entre seus ativos. Então o problema não foi simplesmente a eventual exuberância do mercado imobiliário. Ainda assim, é esta a forma como a maioria dos economistas ouvidos hoje apresenta o problema: as pessoas simplesmente começaram a pagar valores absurdos por residências pelas quais não podiam pagar. Mas isto não é de fato a causa do problema. Está tudo relacionado às decisões tomadas décadas atrás.

O senhor diria então que uma forma eficaz de lidar com a instabilidade inerente de mercados financeiros é trazer de volta um conjunto de regulamentações mais restritivas?

É preciso sim regular, mas é necessário também supervisionar e oferecer garantias. O problema da estrutura atual é que, na maioria dos casos, nós mantivemos as

garantias, mas reduzimos ou eliminamos as restrições e a supervisão. O resultado é o pior dos mundos possíveis. Existem garantias oferecidas pelo governo para diversas obrigações financeiras. Todos conhecem, por exemplo, o FDIC, que é o seguro federal sobre depósitos bancários até 100.000 dólares. Mas existem também algumas garantias implícitas para hipotecas residenciais. Por exemplo, existe a Fannie Mae (Federal National Mortgage Association / Associação Nacional de Hipotecas), que é um enorme gerador de empréstimos e todos imaginam que, se algum dia for necessário, o governo terá que garantir suas obrigações financeiras. Não somente mantivemos as garantias, mas as expandimos e continuamos a expandi-las. Hoje permitimos que a Fannie Mae realize práticas antes proibidas. Mantivemos todas essas garantias, mas a supervisão e regulação se tornaram mínimas. E mesmo regulações restritivas não são suficientes, se não existir também forte supervisão. O problema é que as coisas mudam muito rapidamente. Você precisaria reescrever as regulações a cada dois meses para adaptá-las às inovações introduzidas pelas instituições financeiras. O supervisor, pelo menos idealmente, seria capaz de manter as regulações em compasso com as inovações financeiras. Mas existe um problema fundamental. Os supervisores provavelmente não serão tão bem remunerados e inteligentes como as pessoas as quais estarão supervisionando. Os incentivos salariais estão todos no setor privado para produzir inovações que permitam às instituições evitar as restrições impostas pelas regulações em vigor, de modo que as instituições privadas serão quase sempre capazes de contratar os melhores e mais competentes analistas. Ainda assim, as agências reguladoras precisam tentar fazer o melhor que puderem.

A impressão que temos é que crises financeiras se tornaram mais frequentes durante as últimas décadas, embora seus resultados não tenham sido tão fortes como em outras épocas. É possível que a presença significativa do Estado na economia e a atuação de Bancos Centrais (tratados por Minsky como *Big Government and Big Bank*) tenha impedido que instabilidades financeiras tenham se transformado em crises econômicas mais graves?

Na maioria dos casos, a presença de governos na economia evita que instabilidades financeiras se transformem em crises econômicas mais severas. Na realidade, a frequência maior com que se observam as crises financeiras é justamente um resultado da não ocorrência de depressões severas. Em outras palavras, o setor financeiro tende a se tornar crescentemente mais frágil [enquanto a economia evita recessões] e as crises financeiras tendem a se tornar mais frequentes e mais graves. O que não ocorre é uma grande depressão que, de acordo com Minsky, simplificaria todo o sistema financeiro, isto é, eliminaria todas as inovações que se mostrassem por demais arriscadas. Durante

Friedrich List

Nota introdutória

RAPHAEL PADULA | padula.raphael@gmail.com

Mestre e Doutorando em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ.
Economista pelo IE-UFRJ.

O economista político alemão George Friedrich List (1789-1846) é um dos mais importantes economistas não ensinados nas escolas de Economia atualmente – e as suas cartas inéditas aqui publicadas podem dar boas pistas sobre o motivo de tal ausência. Conforme Cristovam Buarque afirma no Prefácio da edição em português da principal obra de List, *Sistema Nacional de Economia Política* de 1841¹:

Raros dos grandes economistas foram homens de ação com uma vida militante e intensa de negócios pelo mundo. A grande maioria limitou a vida às atividades do pensamento. Dentre estes, poucos foram os que tiveram uma real capacidade criadora através do uso da imaginação, rompendo as formas tradicionais de pensar a Economia. (...) Entre todos, porém, List foi daqueles que conseguiu levar ao maior

1 List, Friedrich (1841). *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.vii-viii. Série: *Os Economistas*. List levou três anos para escrever esta obra, na França, originalmente intitulada *Sistema Nacional de Economia Política: Comércio Internacional, Política Comercial e a União Aduaneira Germânica*.

nível possível as duas aventuras: de pensar e de agir. Sua vida e obra se interagem em proposições revolucionárias na forma de entender e de agir na Economia; em uma ação constante em diferentes setores e países (...).

List se destaca pelo seu rompimento com a forma dominante de pensar Economia em sua época, que era tida como uma verdade universal e inviolável, seguida e defendida por políticos, professores, autoridades científicas, burocratas, escritores, jornalistas, homens cultos, em toda parte, especialmente na sua Alemanha. Tal pensamento dominante era baseado na interpretação liberal (de não intervencionismo estatal e livre-comércio) da teoria de Adam Smith – comumente designada por “Antiga Escola Colonial” ou “Sistema Britânico” de livre-comércio. Para romper com esse paradigma, List mostra criatividade, ousadia, conexão direta com a realidade e, sobretudo, capacidade de ação. Segundo ele, era óbvio que “a batalha estava sendo travada com armas desiguais”, pois todos tinham aprendido Economia Política através do pensamento dominante, e a Inglaterra trabalhava para influenciar a opinião pública no exterior e defender seus interesses propagando tal teoria.² Por isso, List foi empresário, burocrata, professor, agitador político, jornalista, organizador de periódicos e panfletos, promotor de tecnologias. Este também foi o motivo pelo qual List passou uma época marcante para sua vida e obra nos Estados Unidos, onde escreveu as cartas aqui publicadas.

List viveu entre a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, um período em que as manufaturas e as máquinas ascendiam crescentemente em importância para o desenvolvimento nacional e para a vida cotidiana. Foi uma época de nacionalismo e ascensão de grandes potências, onde a Inglaterra se destacava como nação mais desenvolvida e líder no sistema internacional. Sua Alemanha se encontrava fragmentada politicamente em diversos estados. No campo econômico, List foi influenciado por pensadores como Antonio Serra, James Steuart e pelo “Sistema Americano” de Economia Política – nome com que se designavam os protecionistas e industrialistas estadunidenses, em oposição ao “Sistema Britânico”.³

2 Conforme assinala no Prefácio de sua principal obra: “Já que, em meu entender, as opiniões que refuto são prejudiciais ao bem público, é necessário combatê-las com energia. Autores de renome causam muito mais dano com seus erros do que autores de menor reputação, devendo, portanto, ser refutados com termos mais energéticos. (...) Não adotei o método – hoje dominante – de citar uma multidão de autores e textos. (...) estou humildemente convencido de que muitas falhas poderão ser encontradas na minha obra; direi mais: eu mesmo poderia eventualmente escrever hoje uma obra muito mais perfeita (...). Mas a única coisa que me estimula e encoraja é o pensamento de que os leitores encontrarão em meu livro muita coisa nova e verdadeira, e também alguma coisa que poderá servir particularmente em benefício da minha pátria alemã”.

3 List, em sua principal obra (Cap.XXIX), referiu-se ao erro de Smith ao chamar de “Escola Mercantil” o que denominou como “Sistema Industrial”, compreendendo o seu caráter produtivista, destacando Sir James Steuart entre seus principais autores

Em sua obra, List pensou como economias atrasadas, como a sua Alemanha (fragmentada e subdesenvolvida) e os Estados Unidos, poderiam superar sua condição de atraso e emparelhar com as nações mais desenvolvidas, a Inglaterra de sua época, em questões de poder e riqueza – fatores que para ele eram indissociáveis – diante do cenário interno e externo. Nesta época, os Estados Unidos estavam em pleno processo de desenvolvimento e caminhavam para se firmar como nação moderna. Em sua passagem pelo país, cuja origem está no seu exílio político da Alemanha por defender intensamente a indústria e a moralização administrativa, List conheceu o sistema americano, foi apresentado às mais altas autoridades do país - como Henry Clay e Thomas Jefferson - e teve contato com o *Relatório sobre as Manufaturas* de Alexander Hamilton (primeiro Secretário de Tesouro dos Estados Unidos), de 1791, que veio a influenciar amplamente suas idéias e onde o argumento de proteção à “indústria nascente”, que viria a marcar sua obra e militância, estava presente. Ao conhecer os Estados Unidos, como o próprio List afirma no prefácio de sua principal obra, notou que seus conhecimentos anteriores e livros não serviriam de nada: “só tenderiam a desencaminhar-me da via certa. A melhor obra sobre Economia Política que se possa ler naquele país moderno é a vida real. (...) Esse livro da vida real, estudei-o com seriedade e diligência, comparando com meus estudos, experiências e reflexões anteriores (...)”

Em 1827, Charles Ingersoll, Vice-Presidente da “Sociedade da Filadélfia para a Promoção da Indústria Nacional”, encomendou a List a elaboração de um documento de defesa do protecionismo industrial a ser apresentado na Convenção Nacional dos Protecionistas, que originou suas “doze cartas” publicadas no jornal *National Gazette* da Filadélfia, um dos mais importantes jornais do país, sob recomendação de Ingersoll. Estas cartas foram a base do que List chamou de “seu sistema”, publicado posteriormente como um livro sob o título de *Outlines of American Political Economy* (Contornos da Economia Política Americana).⁴ Em seu conteúdo está a essência de seu pensamento e de sua principal obra de 1841, o *Sistema Nacional de Economia Política*. As doze cartas nunca foram publicadas em português, e as duas primeiras são reproduzidas a seguir.⁵ No livro, elas se encontram intituladas, respectivamente: O

ingleses. No capítulo anterior (XXVIII) da mesma obra, chamado Economistas Nacionais da Itália, refere-se às importantes obras de Antonio Serra, para ele o autor da primeira obra de Economia Política, e a N. Maquiavel, propondo a unificação italiana.

4 Referido no original como *Outlines of American Political Economy in Twelve Letters to Charles J. Ingersoll* – Contornos da Economia Política Americana em Doze Cartas a Charles J. Ingersoll – mas posteriormente conhecido pelo nome mais curto.

5 O livro será editado em português em breve pelo MSIA (Movimento de Solidariedade Ibero-Americano), que gentilmente nos cedeu a versão original em inglês para que a publicássemos.

Carta 1

O equívoco fundamental na Teoria do Livre Comércio¹

Reading, 10 de Julho de 1827

Prezado Senhor,

Sentindo-me honrado por suas solicitações, não teria hesitado um momento em atendê-las, se não tivesse sido impedido por uma doença temporária. Depois de ter me recuperado, apressei-me em comunicar-lhe os resultados de minhas reflexões sobre economia política, produzidas não apenas pelo estudo de muitos anos, mas também por um longo exercício prático na função de Conselheiro da Sociedade de Manufatureiros Germânicos, com o objetivo de obter um sistema de Economia Nacional Germânica.

Depois de ter examinado as diferentes palestras da Sociedade da Filadélfia para a Promoção da Indústria Nacional, os vários discursos proferidos no Congresso sobre este assunto, as edições do *Register* de Niles², etc. etc. ³, seria arrogante de minha parte tentar suprir temas práticos tão engenhosamente e astutamente ilustrados pelos primeiros políticos da nação. Limito meus esforços, por isso, unicamente à refutação

-
- 1 Nota do Editor: Estas cartas foram gentilmente cedidas pelo MSIA (Movimento de Solidariedade Ibero-Americana), que em breve publicará a tradução completa do livro que contém as doze cartas de 1827, *Outlines of American Political Economy*. Como as cartas foram tiradas do livro, seguimos os títulos das cartas contidos no livro. Vale ressaltar que esta tradução foi feita por Micheline Christophe para revista Oikos, e não necessariamente será seguida na edição do MSIA. Estas notas são extraídas do comentário elaborado em FLW, vol. II, p. 349-404 e traduzidas do alemão por George Gregory [NT: observação publicada na edição inglesa.]
 - 2 Uma revista semanal que foi editada em Baltimore, de 1811 a 1849, cujo fundador, Hezekiah Niles, foi também o editor, até 1831. Ele era impressor, publicava e era editor-chefe e, junto com Matthew Carey, foi um dos mais zelosos defensores da política de tarifas protecionistas. Sua *Register*, que era amplamente distribuída e freqüentemente citada na imprensa americana da época, noticiou em cada edição os eventos da controvérsia sobre as tarifas protecionistas. List citava regularmente em resumo novos itens no Reading Adler, e ele bem pode ter tido o modelo do *Register* em mente quando mais tarde fundou uma série de revistas.
 - 3 Analogamente, mas de forma mais abrangente na carta que acompanhou o "*Mitteilungen aus Nordamerika*" enviada a Ernst Weber em Gera, em 8 de setembro de 1828, List escreve: "Como quis meu destino que eu (induzido por uma convocação da American Society for the Promotion of Manufactures) participasse de uma discussão (sobre uma lei de tarifas protecionistas), li tudo que existe sobre este assunto, por interesse profissional, como foi..."

da teoria de Adam Smith e Cia.⁴ cujos erros fundamentais não foram ainda tão claramente compreendidos quanto deveriam.

É esta teoria, senhor, que fornece aos opositores do Sistema Americano⁵ os meios intelectuais para sua oposição. É a combinação dos *soi-disant* teóricos com aqueles que se acreditam interessados no *soi-disant* livre comércio que dá tanta força aparente ao partido de oposição. Vangloriando-se de sua superioridade imaginária na ciência e no conhecimento, estes discípulos de Smith e Say⁶ estão tratando cada defensor do senso comum como um empirista cujo poder mental e aquisições literárias não são fortes o suficiente para entender a sublime doutrina de seus mestres.

Infelizmente, os fundadores desta perigosa doutrina eram homens de grandes mentes, cujos talentos lhes permitiram dar aos seus castelos de vento uma aparência de construções fortes e com fundações sólidas. As verdades importantes que trouxeram à luz foram a causa infeliz que deu a todo o seu sistema o crédito de uma doutrina muito elevada para ser questionada pelas futuras gerações. Esta doutrina, senhor, foi adotada pela maior parte daqueles que fizeram da política seu campo particular de estudo, e que, depois de ter admirado a doutrina por dez ou doze anos, acharam difícil despojar-se dela. Requer-se uma mente com perfeita independência para reconhecer que demos crédito total por longo tempo a um sistema equivocado, particularmente quando este sistema defende interesses privados⁷.

Como conseqüência desta exposição, acredito que seja um dever da Convenção Geral de Harrisburg⁸ não somente apoiar os interesses dos produtores de lã e dos ma-

4 Com esta expressão, List se refere, particularmente, a Adam Smith, J.B.Say e Thomas Cooper [NT: no original, Adam Smith and Co.].

5 Este foi o nome dado, na época, por seus defensores, ao sistema de tarifas protecionistas. A expressão foi cunhada por analogia ao "Antigo Sistema Colonial" e em oposição ao "Sistema Britânico" e ao "livre comércio".

6 Jean Baptiste Say (1767-1832), economista político francês.

7 A referência é aos fazendeiros sulistas de algodão, aos importadores de Nova Inglaterra e aos interesses da marinha mercante.

8 A "*General Convention of Agriculturalists and Manufacturers, and others friendly to the encouragement and support of the Domestic Industry of the United States*", em geral conhecida como a "Convenção de Harrisburg", reuniu-se de 30 de julho a 3 de agosto de 1827, em Harrisburg, Pensilvânia. A Pennsylvania Society foi a promotora desta primeira reunião de massa na América, para promover a política de tarifas protecionistas. Os fazendeiros e manufatureiros de lã da Pensilvânia e da Nova Inglaterra formaram o núcleo deste movimento. O objetivo de todo o movimento era organizar o apoio para a nova legislação tarifária protecionista a ser apresentada na nova sessão do Congresso, em lugar do chamado "*Mallory Woollen Bill*", que tinha sido derrotado no Senado, pouco antes, quando o vice-presidente votou contra a legislação. Houve 95 delegados na Assembléia Geral de Harrisburg, entre os quais C.J.Ingersoll, H.Niles, M.Carey e Redwood Fisher. Ingersoll foi o presidente de uma comissão para redação de um memorando ao Congresso, e Niles presidiu uma comissão que redigiu um comunicado ao povo americano. Este último polemizou repetidamente contra o Dr. Cooper.

O nome de List não se encontra na lista de participantes oficiais, mas fica claro numa carta de Ingersoll para List, de 24 de julho, que List planejou participar da reunião da Convenção de Harrisburg e que ele colaborou, como conselheiro de Ingersoll, na redação do comunicado que Ingersoll assinou.

nufatureiros, mas de cravar o machado na base da árvore, declarando estar errado o sistema de Adam Smith e Cia. – declarando guerra contra ele em nome do Sistema Americano – convidando eruditos a desvelar seus erros e preparar conferências populares sobre o Sistema Americano – e, por último, solicitando aos governos dos diferentes estados, bem como ao governo geral, que apóie a pesquisa sobre o Sistema Americano nas diferentes faculdades, universidades e instituições eruditas sob seus auspícios⁹.

O último trabalho do Sr. Cooper¹⁰ mostra muito claramente a necessidade de tais medidas por parte dos defensores do Sistema Americano. Segundo este trabalho (uma mera compilação), você e eu, bem como todos os cavalheiros da Convenção, e todos os partidários do Sistema Americano, não são nada mais que idiotas; porque é “*ignorância* apoiar uma indústria por obrigação, quando os produtos podem ser fornecidos mais baratos pelo comércio exterior”, – “*ignorância* se um Governo defende e protege a indústria dos indivíduos”, etc, etc. (Ver p. 195¹¹, onde se encontram onze *ignorâncias* registradas que o senhor torna aplicáveis a si próprio ao ir para Harrisburg). Isso, senhor, é agora o único trabalho elementar onde nossa juventude e nosso povo podem aprender o princípio do que é intitulada economia política. Que fruto se pode esperar de tal semente?

E se os partidários do Sistema Americano se convencerem da superioridade de sua doutrina, não será sua obrigação de seguir em teoria tanto quanto na prática? Não deveriam eles prover o povo, e especialmente a juventude de seu país, de trabalhos elementares e professores especializados¹² que expliquem os princípios de economia política de acordo com seu próprio sistema, que, em última análise, deveria prevalecer na mesma proporção em que a legislatura nacional se convence de sua adequação?

9 Durante sua temporada na América, List várias vezes tentou obter um cargo numa instituição de ensino superior, como professor de economia política. Nesta intenção, Lafayette fez diversos pedidos ao Governador Schulze da Pensilvânia e a outros.

10 Thomas Cooper (1759-1839) nasceu em Londres e estudou Direito e Medicina em Oxford. Durante a Revolução Francesa, com James Watt, Jr., foi representante da Manchester Constitutional Society junto aos Jacobinos em Paris. Ele simpatizava com os Girondinos e entrou em conflito com Burke devido aos seus sentimentos republicanos. Com seu amigo, Joseph Priestly, emigrou para a América em 1795, onde foi preso em 1800, devido a ataques publicados contra o Presidente John Adams. A vitória dos anti-Federalistas lhe permitiu obter um cargo de juiz na Pensilvânia; tornou-se então professor de química no Dickinson College e, em 1816, professor de Mineralogia e Química na Universidade da Pensilvânia. Desde 1819, foi Professor de Química e Economia Política no South Carolina College, em Columbia, Carolina do Sul, e, em 1820, tornou-se presidente desta instituição. Cooper era considerado o mais proeminente defensor da Doutrina dos Direitos dos Estados e do livre comércio.

11 Na página 195 das *Lectures* de Cooper, ele diz: “De maneira geral, parece que a noção de proteger os novos estabelecimentos com a taxação destes que são compelidos a comprar o artigo provém da ignorância”. Em seguida, na página seguinte, 196, Cooper lista onze “ignorâncias”.

12 Com esta e outras afirmações similares, List aparentemente esperava preparar o caminho para expandir sua eficiente atividade prática.

normas para submissão de trabalhos

Caros autores

A Oikos (ISSN: 1808-0235) aceita trabalhos submetidos sob forma de artigos e ensaios, como também de comunicações e trabalhos artísticos relacionados com a temática e o perfil da revista (*Ver Sobre a revista*), como gravuras, poemas, crônicas, contos.

A publicação dos trabalhos está condicionada a um processo de seleção realizado por membros da Equipe Editorial e pareceristas da revista, garantido o anonimato destes últimos.

Todos os trabalhos precisam ser enviados para editor@revistaoikos.org, com CÓPIA para os emails dos editores: andredapaz@gmail.com (André da Paz) e raphaelpadula@ig.com.br (Raphael Padula).

Normas de apresentação dos textos

Artigos e Ensaios

Os textos dos ARTIGOS e ENSAIOS deverão conter resumo e *abstract* de até 10 linhas e não deverão exceder 20 páginas (incluindo quadros, tabelas, gráficos, ilustrações, notas, anexos e referências bibliográficas), de ACORDO com a seguinte formatação:

Folha A4 (29,7 x 21 cm); margem superior = 3cm, inferior = 2cm, esquerda = 3cm e direita = 2cm; editor de texto: Word for Windows 6.0 ou posterior, utilizando caracteres Times New Roman tamanho 12; espaçamento entrelinhas 1,5 e alinhamento justificado.

Além disso, logo abaixo do resumo, deverão estar indicadas as principais palavras-chaves do texto.

Tabelas, quadros e gráficos e deverão ser numerados seqüencialmente por tipo, no título, com algarismos arábicos, e menção da fonte dos dados.

Referências bibliográficas

Os textos precisam seguir as normas editoriais da revista:

1. **Todas** as obras citadas no texto devem entrar nas Referências bibliográficas, que, por sua vez, não devem conter **nenhuma** obra que não tenha sido citada no texto.

2. As notas deverão ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais ao texto. Referências bibliográficas, quando necessárias, deverão aparecer no próprio texto, com a menção do último sobrenome do autor, acompanhado do ano da publicação e do número da página, caso pertinente (ZEA, 1976, p. 18).

3. Quando houver mais de uma referência, na mesma citação, separá-las por ponto-e-vírgula (Epstein e Power, 2003; Epstein *et al.*, 2005). Até três autores podem ser os três citados nominalmente, a partir de quatro, grafar apenas um autor seguido de *et al.*

4. As notas devem ser inseridas ao final do texto, depois da bibliografia e numeradas em algarismos arábicos, com exceção da qualificação do autor ou dos autores do artigo ou ensaio, que deve ser colocada em nota de rodapé na própria página da referência, com asterisco inserido junto ao nome de cada autor.

5. Ao final dos ensaios e artigos, as referências bibliográficas devem ser listadas em ordem alfabética, de acordo com os seguintes exemplos:

Livros

RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

FRANK, Robert, COOK, Philip. *The Winner-Take-All Society*. Nova Iorque, Free Press, 1995.

Capítulos de livros

OCAMPO, José Antonio, PARRA, Maria Angela . The Commodity Terms of Trade and Their Strategic Implications for Development, in JOMO, K.S. (org.) *The Long Twentieth Century: Globalization under Hegemony*. Nova Delhi, Oxford University Press, pp. 164-194, 2006.

Teses

ASSMAN, Selvino. *A Filosofia da História de Leopoldo Zea: a América Latina e a História*. Tese de doutorado, Pontificia Universita Lateranense, Facoltà di Filosofia. Roma, Itália, 1983.

Artigo

VAZ, Henrique C. L. "Religião e Modernidade Filosófica", *Síntese Nova Fase* vol. 18, n. 53, pp. 147-165, abril-junho, 1991.

Artigos em Jornais e Revistas não-especializados

Com autor

CLEMENTE, Isabel, NEVES, Maria Laura. *Na base da trapaça*, Revista Época, pp. 56-58, 22 de outubro, 2007.

Sem autor

CARTA CAPITAL. *Fim da era Ford*, 18 de maio, 2005.

Fontes on-line

CARVALHO, M. S. e O. G. CRUZ. Mortalidade por causas externas: análise exploratória espacial, Região Sudeste do Brasil. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, pp. 3153-3165, 1998, em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a254.pdf> acessado em 16 de outubro de 2007.

Leis, decretos, portarias etc.

BRASIL, Decreto-Lei nº 2.423, 7 de abril de 1988. Estabelece critérios para pagamento de gratificações e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos da Administração Federal direta e autárquica e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, v. 126, n. 66, p. 6009, 8 de abril, 1988. Seção 1, PT.1.

Artigos ou teses não-publicados

A Revista aceita a citação de obras não-publicadas, a critério do autor, desde que mencionado o fato nas referências.

Qualquer dúvida, entrar em contato com os editores.

André da Paz (andredapaz@gmail.com)

Raphael Padula (raphaelpadula@ig.com.br)

Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, e impressa em papel Pólen Bold 85 g/m² pela gráfica Imprinta Express. As tipologias utilizadas foram Palatino Linotype e Helvética Neue.